



Educação Popular, memória e projetos emancipatórios. Entrevista com Mario Garcés durante a explosão social no Chile neoliberal em outubro de 2019

Ian Gabriel Couto Schindwein¹
Lucas Polli Bueno²
Juan David Miranda González³

Resumo

Vinculando o campo da Educação Popular em nosso continente com sua trajetória enquanto educador popular, historiador e professor universitário, o professor Mario Garcés Durán nos fala de aspectos desse campo educativo no contexto chileno, elementos da “educação política” nas décadas de 1960 e 1970, da efervescência dos movimentos populares na luta contra a ditadura na década de 1980, especialmente de sua experiência na ONG ECO – Educación y Comunicaciones, e do declínio das ONGs e dos movimentos populares na década de 1990. Também comenta sobre a tensa relação entre Estado e Educação Popular, as potências e limites do campo da memória atualmente e o lugar dos processos educativos em momentos de grande mobilização social, como o vivido no Chile entre o final de 2019 e início de 2020. Em meio a um período intenso, de assembleias, marchas e manifestações, o professor Mario Garcés gentilmente nos cedeu essa entrevista no campus da Universidad de Santiago de Chile. Ela foi realizada dia 28 de outubro de 2019, dez dias após a eclosão do *Estallido Social*. Autor de diversos trabalhos sobre a história dos movimentos populares chilenos, o professor posteriormente a essa entrevista publicou os livros *Estallido social y una nueva constitución para Chile* e *La Unidad Popular y la revolución en Chile*, ambos pela LOM Ediciones.

Palavras chave: Ditadura, Transição, Estallido Social, Sistematização de Experiências.

Educación Popular, memoria y proyectos emancipatorios. Entrevista con Mario Garcés durante el estallido social en el Chile neoliberal en octubre de 2019

Resumen

Vinculando el campo de la Educación Popular en nuestro continente con su trayectoria como educador popular, historiador y profesor universitario, el profesor Mario Garcés Durán nos habla de aspectos de este campo educativo en el contexto chileno, de elementos de la "educación

¹ Doutorando e mestre em Educação pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Membro do Grupo de Estudos e Pesquisas Educação e Crítica Social (GEPECS - FE/UNICAMP). O presente trabalho foi realizado com apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), Brasil, processos nº 2017/14221-0 e nº 2021/03013-2. Educador do Coletivo de Educação Popular Flor de Maio, Hortolândia-SP, brasiliangabrielcs@hotmail.com

² Mestrando e graduado em História pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Educador popular no Coletivo de Educação Popular Flor de Maio, Hortolândia- SP, Brasil. Contato: lucasspbueno@gmail.com

³ Educador popular e Professor de Educação Básica. Mestre em Educação pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Professor tutor do Programa de Reinserción Escolar (PDE), Servicio de Protección Especializada a la Niñez y Adolescencia, ciudad de Santiago, Región Metropolitana, Chile. juanmg.1985@gmail.com

política" de las décadas de 1960 y 1970, del auge de los movimientos populares en la lucha contra la dictadura en la década de 1980, especialmente de su experiencia en la ONG ECO – Educación y Comunicaciones, y del declive de las ONG y los movimientos populares en la década de 1990. También comenta la tensa relación entre el Estado y la Educación Popular, las posibilidades y los límites del campo de la memoria en la actualidad y el lugar que ocupan los procesos educativos en momentos de gran movilización social, como el vivido en Chile entre finales de 2019 y principios de 2020. En medio de un período intenso, de asambleas, marchas y manifestaciones, el profesor Mario Garcés gentilmente nos concedió esta entrevista en el campus de la Universidad de Santiago de Chile. Se realizó el 28 de octubre de 2019, diez días después del inicio del Estallido Social. Autor de diversos trabajos sobre la historia de los movimientos populares chilenos, el profesor publicó, posterior a esta entrevista, los libros *Estallido social y una nueva constitución para Chile* y *La Unidad Popular y la revolución en Chile*, ambos publicados por LOM Ediciones.

Palabras clave: Dictadura, Transición, Estallido Social, Sistematización de Experiencias.

Popular Education, memory and emancipatory projects. Interview with Mario Garcés during the social outburst in neoliberal Chile in October 2019

Abstract

Relating the field of Popular Education in our continent to his trajectory as a popular educator, historian and university professor, Mario Garcés Durán talks about aspects of this educational field in the Chilean context, elements of the ‘political education’ of the 1960s and 1970s, the effervescence of popular movements in the struggle against the dictatorship in the 1980s, especially his experience at the non-governmental organisation ECO - Educación y Comunicaciones, and the decline of NGOs and the popular movements in the 1990s. He also comments about the tense relationship between the State and Popular Education, the potential and limits of the field of memory nowadays and the role of educational processes in times of great social mobilisation, such as the one experienced in Chile between the end of 2019 and the beginning of 2020. In the middle of an intense period of assemblies, marches and manifestations, professor Mario Garcés kindly gave us this interview on the campus of the Universidad de Santiago de Chile. It took place on 28 October 2019, ten days after the outbreak of the Estallido Social. Author of several works on the history of Chilean popular movements, the professor subsequently published the books *Estallido social y una nueva constitución para Chile* and *La Unidad Popular y la revolución en Chile*, both by LOM Ediciones.

Key words: Dictatorship, Transition, Estallido Social, Systematization of Experiences.

O termo “educação popular” aparece atualmente em muitos sentidos distintos em nossa América Latina. Assim, gostaríamos de saber: o que é educação popular a partir do sentido que você participou e continua trabalhando?

Mario Garcés: Acredito que há uma certa definição dessa educação que é praticamente permanente, desde que eu comecei a trabalhar em Educação Popular até hoje. E isso basicamente tem a ver com o apoio à produção de saberes e aprendizagens que emergem ou

acompanham as práticas de luta dos movimentos populares e sociais na América Latina. Como dizíamos na ECO nos anos 80, a Educação Popular é uma dimensão da própria prática social. Nesse caso, a prática dos grupos mais organizados, que buscam se emancipar, que buscam modificar a estrutura social em que vivem, as injustiças, as opressões etc. Então, Educação Popular é basicamente essa dimensão educativa reflexiva que valoriza os saberes, que acompanha a produção de novos saberes, que colabora com a compreensão dos próprios processos e, de alguma maneira, que vincula prática com teoria social. Com uma teoria social que é coerente, orgânica dos próprios movimentos.

Em que momento você começou a trabalhar com Educação Popular?

Mario Garcés: De modo explícito, na ditadura. Eu havia conhecido os primeiros fundamentos da Educação Popular na Juventud Estudiantil Católica, a JEC, uma organização latino-americana, no final dos anos 60. E nessa organização da Igreja começamos a conhecer as primeiras elaborações de Paulo Freire. Portanto, já conhecíamos no final dos 60 a crítica aos sistemas educativos tradicionais, o que ele chamou de “educação bancária”, a necessidade de produzir participação dos sujeitos em suas próprias capacidades de produção de saberes, no diálogo como uma forma de aprendizagem, com um enfoque educativo. Mas para mim isso ainda não tinha nome, não formalmente, digamos. Não chamávamos de “Educação Popular”. Eu quase que a entendia como educação política. De fato, durante a Unidad Popular [UP], enquanto eu militava na Izquierda [MIR, Movimiento de Izquierda Revolucionaria], sempre me preocupei de que essa dimensão fosse parte da luta política. Então, em minha estrutura política durante a UP, fui encarregado de organizações de educação política e, portanto, queria e promovia que isso estivesse presente, que estivesse nos sindicatos, nas *poblaciones*⁴, com os estudantes etc. Também falávamos das necessidades das formações, da formação política.

Mas já para definida e conceitualizada como Educação Popular, sinto que no Chile isso tomou forma, e fui parte desse processo, no final dos anos 70 e princípio dos 80. Nessa etapa, eu comecei a trabalhar na Vicaría Zona Oeste, que é uma dependência da Igreja Católica de Santiago, onde haviam muitos programas sociais, mas também programas de formação social e política, desde a Pastoral Juvenil. E nos 80 se criou uma equipe que se chamou de Educação

⁴ *Poblaciones* são áreas de moradia popular que no Chile se mostram como formas de responder aos graves problemas de habitação no país, especialmente em suas maiores zonas urbanas. Surgiram principalmente entre as décadas de 1950 e 1980, comumente fruto da organização de movimentos de ocupações de terra, apesar de também existirem exemplos minoritários de *poblaciones* criadas a partir de ações do Estado. Sobre o tema, recomendamos a leitura de Garcés (2002) (Nota da Tradução).

Popular. E, nessa época, todos começamos a falar no Chile de Educação Popular. Eu me integrei nesse mesmo ano à ECO – Educación y Comunicaciones, uma organização que queria se encarregar, junto com outras, de sistematizar as experiências de Educação Popular e dialogar com nossas referências latino-americanas. De fato, o primeiro texto que publicamos foi um de Frei Betto. Estávamos bem influenciados pelo Brasil. Também publicamos [Carlos Rodrigues] Brandão e Beatriz Costa. Foram três autores dos quais nós publicamos, na maneira que se fazia na época: em documentos de trabalho de circulação relativamente restringida, porque estava proibido escrever livros e publicar. Para fazê-lo era preciso ter autorização das autoridades políticas, tinha que passar por essa censura. Então, na ONG trabalhamos muito tempo com esse tipo de documento de trabalho.

Nesse contexto, na ECO, criamos um programa que chamamos de *Formación de Educadores Populares* e que, basicamente, foi um exercício de sistematização do que, nesse momento, se estava desenvolvendo como práticas de Educação Popular. O diagnóstico que fazíamos naquela época era que muitas práticas se autodenominavam Educação Popular, sendo muito diversas e muito heterogêneas, e que careciam, dizíamos, de um segundo piso teórico e político, que era preciso produzir intercâmbios que permitissem ir concordando e esclarecendo como a Educação Popular representava uma novidade no contexto do enfoque educativo e, ao mesmo tempo, com relação a suas contribuições políticas. E ECO foi parte desse processo. Na página [da ECO] vocês podem encontrar uma coleção que se chama *Colección 30 Años*. O volume II está dedicado à Educação Popular e aí estão publicados seis documentos de trabalho que foram resultado desses programas, que duraram de modo sistemático três anos, 1980, 81 e 82. Depois começamos a modificá-los, mas esse material está disponível na página da ECO⁵.

E como foi a Educação Popular no processo de redemocratização do Chile?

Mario Garcés: Acredito que aí vivemos uma verdadeira quebra, um enfraquecimento muito grande. Se puderem, entrevistem Luis Bustos, um companheiro que também trabalhou e exerceu liderança nesse campo da Educação Popular. Ele pertencia ao CIDE [Centro de Investigación y Desarrollo de La Educación], uma ONG da Companhia de Jesus, mas tínhamos muitas relações. Acho que deve ter sido no início de 88, no primeiro semestre, organizamos um seminário na ECO, onde convidamos esses educadores populares e fizemos perguntas sobre a

⁵ Todos os livros dessa coleção estão disponíveis em: <<https://www.ongeco.cl/coleccion-editorial-eco-30-anos/>>. Os dois primeiros volumes são os referenciados por Mario Garcés nesta entrevista (ECO, 2012a; ECO, 2012b) (Nota da Tradução).

transição, a democratização etc. E claramente ali havia três posições, por assim dizer.

Uma posição que de alguma maneira postulava que a Educação Popular tinha de ser capaz de retornar ao Estado e de apoiar e influenciar nas funções de política pública do Estado. Outra visão apostava na conjuntura desse momento, que toda a capacidade e disposição [deveria estar] em função do plebiscito do "SIM" e do "NÃO", que finalmente pôs fim à ditadura... um fim parcial, mas de certa forma um fim à ditadura. E uma terceira posição, que de certa forma exerci alguma liderança, que defendi, foi a de manter a autonomia da Educação Popular. No sentido de que a transição como estava sendo insinuada na época nos gerava muita desconfiança, muita dúvida, de que ela efetivamente garantiria um processo de democratização da sociedade. Na ECO fomos muito contra corrente nesses anos de 88 e 89. Também podem encontrar algo disso nessa *Colección 30 Años*, no volume I, que trata das controvérsias políticas que tínhamos no campo da Educação Popular e no campo social. Porque nos parecia que o processo de transição no Chile tinha um forte componente estatal e institucional, que subordinava ou dava papéis secundários aos movimentos sociais e, particularmente, aos setores populares. E, portanto, nós tínhamos que ser capazes de acompanhar os setores populares nesse processo.

Eu diria que o resultado foi que o campo da Educação Popular, no contexto da transição, foi fortemente enfraquecido. Entre outras razões, porque muitos profissionais que estavam no mundo das ONGs, que acompanhavam processos de Educação Popular, migraram para o Estado. Mas, ao mesmo tempo, a cooperação internacional, que havia sido uma forte mantenedora material das ONGs e de muitos programas de Educação Popular, também começou a se retirar. Eles começaram a indicar que “bem, já passamos da emergência, vocês recuperaram a democracia, portanto, agora é uma questão de interagir com sua própria sociedade e com o Estado no processo de democratização, obter aí os recursos e não de nós”.

A relação com o Estado, na perspectiva das organizações de Educação Popular, foi complexa desde o início. De fato, o Estado facilitou muito pouco o diálogo com nossas organizações e, logo com a transição, começaram a ser estabelecidos sistemas de postulação aos recursos do Estado que eram ou muito tecnocráticos ou muito competitivos. Em outras palavras, tivemos que participar de concursos nos quais solicitávamos fundos públicos para determinadas políticas que o Estado definia como prioritárias, o que definia tanto seu conteúdo quanto seus recursos. Isso nos colocava, as ONGs, em uma situação de competição entre nós mesmos. Se havia um projeto para trabalhar com jovens mais pobres, “bem, vocês podem se candidatar o quanto for conveniente”. Em algum momento nas ONGs, isso nos forçou a nos recolher um pouco, a falar entre nós “olha, não vamos entrar nesse jogo”. De fato, criamos a primeira associação nacional de ONGs, chamada Acción, e tentamos garantir que esse grupo

tivesse uma interlocução com o Estado, que foi bastante fraca, e o que conseguimos foi muito pouco, porque no Chile não havia sequer a figura jurídica que reconhecia as ONGs. Nas reformas com [Patricio] Aylwin, poderia ter se constituído algum avanço, mas apelando para as antigas legalidades de fundações e corporações do final do século XIX, o que não nos proporcionou nenhuma facilidade.

Assim, o panorama era de um enfraquecimento crescente: das ONGs, das pessoas que trabalhavam nesse campo, e a esse enfraquecimento também se somou o enfraquecimento do próprio campo popular. As organizações sociais, especialmente nos bairros populares, também começaram a declinar, algumas delas foram funcionalizadas nos municípios, outras foram se extinguindo com o tempo. A Igreja, que havia sido um espaço no qual foram gestadas muitas organizações muito ativas nos anos 80, também começou a se implodir socialmente, sob o papado de João Paulo II. Começaram a ser ordenados bispos da Opus Dei e começaram a ser colocadas mais dificuldades para os padres mais progressistas. Outros já estavam envelhecendo. Então, o panorama era de um enfraquecimento forte.

Acho que, nesse contexto, sim há depois uma nova geração que emerge de coletivos, de grupos de base. Isso tem sido trabalhado pelo Daniel Fauré. Ele fez a tese dele aqui comigo sobre a história da Educação Popular, que é um trabalho que tem que ler e que é muito interessante⁶. E ele tem exercido uma certa liderança nesses grupos. Acho que é muito importante, mas sem o alcance, sem o impacto, digamos, que a Educação Popular teve no Chile nos anos 80. Sem ser nostálgico, eu diria que a época de ouro da Educação Popular no Chile foi a década de 1980 e que ainda não voltamos a essa etapa. Agora, como vocês chegaram ao Chile em um momento crítico, em que as coisas estão mudando, isso provavelmente vai facilitar que se recriem uma certa memória da Educação Popular, porque esse processo que estamos começando a viver requer a Educação Popular, de maneira urgente. Essa organização que está ocorrendo nos *cabildos*, nas assembleias de bairro, enfim, precisam de diretrizes, de metodologias, precisam ser sistematizadas, que se organizem. Talvez hoje, como nunca, a situação política das classes populares no Chile exija um processo muito importante de apoio educacional. E hoje acredito que estamos aquém dessas capacidades.

Como a Educação Popular se articula com a memória dos povos? E qual o papel da Educação Popular para potencializar essas memórias de luta em nosso continente ou, mais especificamente, no Chile?

⁶ O trabalho em questão chama-se *Auge y caída del “Movimiento de Educación Popular Chileno: De la ‘Promoción Popular’ al ‘Proyecto Histórico Popular’ (Santiago, 1964-1994)* (FAURÉ, 2011) (Nota da Tradução).

Mario Garcés: Acredito que a memória esteve presente desde a origem da Educação Popular. Talvez não de uma forma muito sistemática, sem ser conceituada, também de uma forma mais restrita, mas muitos processos de Educação Popular apelavam para a memória como fonte de saberes, de aprendizagens, de identidades dos grupos etc. Nós, no Chile, “inventamos”, entre aspas, criamos, digamos, oficinas de memória popular no início dos anos 80, que foram muito importantes na ECO. Nós produzimos materiais educativos que visavam convidar as comunidades a falar sobre seu próprio passado e ver como elas fazem parte da história social e política da nação, do país, da sociedade. Isso também se enfraqueceu um pouco com a transição. Depois, colaboramos muito com os processos de história local, história dos bairros, das *poblaciones*, como dizemos no Chile.

Hoje me parece que a situação é um pouco distinta no caso chileno, mas para além do Chile. Porque [se antes] a memória tinha muita resistência nas Ciências Sociais ou mesmo nos programas de Educação Popular não era suficientemente sistematizada ou conceitualizada, com o contexto das transições da América Latina, com a crise dos projetos socialistas na Europa Oriental, com o “fim da História”, com diria [Francis] Fukuyama, etc., a memória de repente se tornou uma experiência e um fenômeno mundial. Hoje estamos no que chamamos de *boom* da memória. Há exercícios de memória nos países europeus, nos países asiáticos, mas sobretudo na América Latina. E muitas pessoas estão escrevendo, há seminários, há rotas de memória. No Chile, temos *sitios* [locais] de memória, há *tours* de memória... Enfim, é um produto já muito popular.

A questão é que grande parte da memória no Cone Sul está associada à memória das violações dos Direitos Humanos. E, em menor medida, à memória das lutas populares. Em outras palavras, esse *boom* da memória também marcou o roteiro de alguma forma. Um roteiro mais centrado e mais orientado ao tema das violações aos Direitos Humanos. O que me parece importante, para a América Latina é muito importante, mas também tem limites no sentido de que se inscreve muito na denúncia das vítimas de violações de Direitos Humanos e tem dificuldade em reconhecer as vítimas ao mesmo tempo como militantes de projetos emancipatórios. Assim, estamos em uma área um tanto complexa. Isso se tornou razoável porque, em uma primeira etapa, era necessário fazer com que os Estados exercessem a justiça e a verdade, que acabassem com a impunidade e, portanto, o fator da denúncia era muito importante. E tem sido muito importante e acho que o Brasil pagou os custos de não ter dado toda a importância que deveria, não é? À memória do terrorismo de Estado, à memória da ditadura. E eu acho que nós nos permitimos dar um passo maior. Mas, ao mesmo tempo, tem

seus limites. Temos que reconhecer o outro lado da memória, que é o lado das lutas, da militância, dos projetos de mudança social. Estamos nessa encruzilhada, e é por isso que acho que precisamos continuar trabalhando a memória das vítimas, mas ao mesmo tempo enriquecer essa visão com uma perspectiva de lutas emancipatórias.

Acredito que isso sem ser sistemático propriamente, porque a Educação Popular no Chile hoje é menos sistemática, há menos atores constituídos, menos recursos. Está presente, ainda está presente no que chamamos no Chile de *sitios de memoria*, que são locais que já foram recuperados, como centros de detenção, centros de extermínio, centros de tortura, enfim, temos vários em todo o país. Nesses locais, são realizados encontros, conversas e promoções de debates. Acho que há outros campos em que a Educação Popular foi muito deficiente, mas que agora está se abrindo, como no Sistema Nacional de Educação Pública. E, portanto, há a questão dos professores, por exemplo. De fato, aqui na universidade, na Facultad de Humanidades [da Universidad de Santiago de Chile], estamos gerando programas de formação de professores, para os quais o tema da memória também é um campo que eles querem explorar e podem explorar com seus estudantes. Assim, vão se configurando esses novos campos de memória. Claro, me parece que a questão é, que talvez a ausência de atores, de instituições, que marquem com um pouco mais de clareza o enfoque educativo e as orientações políticas na Educação Popular, como fizemos nos anos 80, enfraquece, de qualquer forma, a questão dos conteúdos, dos horizontes, com os quais se está trabalhando. Mas, bem, essa é a situação. Acredito que se for possível interagir mais com esses atores e abrir essas discussões, também é uma forma de abrir espaço para a Educação Popular.

Como articular a memória da ditadura do Chile nos anos 70 com os movimentos atuais?

Acredito que isso está acontecendo de maneira prática. Outra coisa é que tenhamos hoje programas que trabalhem explicitamente essa perspectiva. Por que digo que está acontecendo de maneira prática? Porque muitas das práticas e manifestações que tive a oportunidade de participar nesses dias, pude escutar e ver... Inclusive de gerações muito jovens. Primeiro, está fortemente presente a música da Unidad Popular. Há discursos de [Salvador] Allende que são recuperados, canções como as de Víctor Jara que se estão escutando em distintos lugares. Inclusive, o ano que vem [2020] no Chile vão se cumprir 50 anos da eleição de Allende e já tem sido criado alguns comitês que estão começando a estimular e trabalhar a memória da Unidad Popular. Aí está outro problema: como a memória tendeu a se centrar na ditadura, como dizia um colega norte-americano, se durante a ditadura a memória proibida era a memória da violação dos Direitos Humanos, na Transição a memória proibida foi a da Unidad Popular. Pois,

justamente, como ingressam ao governo socialistas e democratas cristãos, que foram inimigos no passado, então o tema da UP fica fora da agenda. E acredito que esse tema vai se incorporar nesse ano e, portanto, vamos trabalhar no campo da memória com respeito às lutas e projetos populares durante a UP e durante a ditadura.

E há outro problema que eu não queria deixar passar. Me parece que, para além da situação chilena, com o tipo de transição que tivemos, e de outras transições na América Latina, a Educação Popular de alguma forma encontrou inspiração na história da própria América Latina. E um primeiro impulso foi também a Revolução Cubana, acompanhada das reformas da Igreja, com a Teologia da Libertação, enfim, há estímulos muito poderosos. Depois da Revolução Cubana, Teologia da Libertação, Educação Popular: a Revolução Sandinista. Todos esses processos estão declinando no final dos anos 80. Uma vez, em um seminário em Havana com um companheiro que estava ligado ao tema da Educação Popular, eu disse que estávamos fechando um ciclo, um ciclo revolucionário que estava se fechando na América Latina no final da década de 1980. E provavelmente a luta sandinista era um sintoma muito indicativo de que esse processo estava em andamento. Paralelamente, o campo socialista estava entrando em colapso e a verdade é que o que estava entrando em colapso era a noção de um projeto alternativo ao capitalismo. Esse é um grande erro. É claro que isso nos atingiu e, nesse sentido, uma certa fraqueza dos projetos emancipatórios na América Latina também levou a um enfraquecimento da Educação Popular. Ou seja, nesse sentido, olhando desde o princípio, a Educação Popular alcança seu maior desenvolvimento quanto mais poderosas são as lutas de nossos povos. Quando há um declínio nas lutas de nossos povos, também diminui o horizonte da Educação Popular.

Referências

ECO – Educación y Comunicaciones. *Las Trancas: Análisis de tres coyunturas significativas y las cuestiones estratégicas (1983-1989)*. Santiago, Chile: ECO, 2012a. Disponível em https://www.ongeco.cl/wp-content/uploads/2013/11/LAS_TRANCAS.pdf. Acesso em: 25 mar. 2026.

_____. *ECO En El Horizonte Latinoamericano (I): La Educación Popular Bajo La Dictadura*. Santiago, Chile: ECO, 2012b. Disponível em https://www.ongeco.cl/wp-content/uploads/2013/11/Educacion_popular_bajo_la_dictadura.pdf. Acesso em: 25 mar. 2026.

FAURÉ, Daniel. *Auge y caída del “Movimiento de Educación Popular Chileno: De la ‘Promoción Popular’ al ‘Proyecto Histórico Popular’* (Santiago, 1964-1994). Tesis de maestría en Historia. USACH, 2011.

GARCÉS, Mario. *Tomando su sitio: El movimiento de pobladores de Santiago, 1957-1970* / Mario Garcés Durán. – 1ª ed. Santiago: LOM Ediciones, 2002.